

*Sauade*

Os rumos da saúde brasileira, impensada entre a falta de atendimento hospitalar e as endemias que ameaçam a população, são bem retrato da disfunção do Estado brasileiro. Saúde e educação, num país tão carente delas, foram relegadas a segundo plano, enquanto o Estado aplicava os seus recursos em atividades nas quais a iniciativa privada se desencumbiria com melhor resultado.

O erro é histórico, mas se perpetua com uma irresponsabilidade capaz de produzir resultados macabros. Já no tempo de Osvaldo Cruz, a tarefa por ele realizada de erradicar a febre amarela no Rio foi um parto tão doloroso quanto seria hoje extirpar a violência nas grandes cidades. Navios estrangeiros evitavam aportar no Rio, que tinha a fama de cidade "lúgubre, pantanosa e pestilenta". Os tempos mudaram, e as epidemias de varíola, febre amarela e peste bubônica já não fustigam o Brasil com o ímpeto com que arrasavam populações inteiras; mas, em compensação, outras doenças e outras epidemias desafiam a razão de uma civilização que se diz moderna.

O ministro da Saúde acaba de culpar os governos anteriores pelas mutilações sofridas pelos brasileiros por hanseníase, pelas mortes por raiva ou o risco de epidemias causadas por agentes que já haviam sido erradicados. Aqui tudo se faz de maneira desconexa, desorganizada, com desperdício de recursos. Novas doenças desabam sobre a cabeça da população como se não existisse um Estado para protegê-la. Assim é que a Aids progride de maneira avassaladora (o Brasil ocupa o segundo lugar no mundo, acima da França e só abaixo dos Estados Unidos), a dengue hemorrágica será a vedete do próximo verão e o controle

do sangue é mais uma piada do que qualquer outra coisa.

Com a educação, em virtude mesmo da disfunção estatal, ocorre fenômeno semelhante. Verbas substanciais são desviadas para o ensino universitário, deixando a descoberto o ensino básico, que deveria merecer todo o cuidado do Estado. Resultado: legiões de analfabetos povoam as ruas do país, enquanto o ensino universitário permite que as verbas se escoem no pagamento da folha do pessoal administrativo, criando outra anomalia histórica.

O Estado brasileiro, que deixa seus recursos serem consumidos em atividades bancárias, de petroquímica, siderurgia, navegação, construção pesada ou seguro, esquece sua função precípua, que é se dedicar às atividades sociais. É o responsável direto pelas distorções perturbadoras da sociedade e pela existência de segmentos sociais, culturais e políticos extremamente retrógrados em contraste com setores avançados, de ponta.

São estas distorções que afastaram o Brasil do patrimônio espiritual da humanidade. Nos países centrais, a revolução cultural e tecnológica já se produziu há décadas e até séculos, seguindo a risca projetos sucessivos em que o investimento em educação de base, em pesquisa avançada e em cultura contituem prioridades nacionais permanentes.

Entra assim o Brasil no século XXI carregando nas costas o estigma das doenças endêmicas, do analfabetismo (sempre combatido de forma ingênua e extemporânea), do atraso tecnológico e, sobretudo, da falta de perspectiva que as políticas de educação e saúde não cessam de perpetuar.